

Título: Catolicismo e Liberalismo
em Portugal (1820-1850)

Edição: Universidade Católica Portuguesa (Porto)
Centro de Estudos do Pensamento Português
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Concepção gráfica: DED/INCM

Capa: Mausoléu da Igreja da Irmandade
da Lapa, onde se guarda o escrínio
com o coração de D. Pedro IV,
por este oferecido à cidade do Porto

Tiragem: 1000 exemplares

Data de impressão: Julho de 2009

ISBN: 978-972-27-1698-7

Depósito legal: 294 059/09

PRÓLOGO

A obra de conjunto que ora se publica — *Catolicismo e Liberalismo em Portugal (1820-1850)* — representa um esforço de investigação do Centro de Estudos do Pensamento Português da Universidade Católica Portuguesa (Porto), seguida de um outro intitulado *Catolicismo, Tradição e Progresso na Segunda Metade de Oitocentos (1850-1910)*, já em curso, abrangendo os dois trabalhos aquele século de revoluções que acabou com o velho regímen, instituindo um tempo de laicidade, por vezes de laicismo, a separação da Igreja do Estado e uma nova convivência entre deuses e césares, para adoptarmos um título recente de F. Catroga.

A Ilustração herdara todo um conjunto de críticas provenientes dum mundo que perdera os absolutos religiosos como fundamento e que desviara o centro de gravidade do pensamento e da acção, colocando a razão onde outrora estivera a autoridade e a religião, ou melhor dito, a Igreja Católica. Inaugurava-se a idade da crítica: nem a religião pela sua santidade nem a política por sua majestade podiam escapar a esta exigência, sob pena de se privarem do respeito que lhes era devido, como sentenciava Kant e o espírito do tempo, no prólogo da primeira edição da *Crítica da Razão Pura*.

O liberalismo em Portugal nascido no Porto em 1820 vinha carregado deste espírito, e é neste marco que o presente estudo encara este embate. Todavia numa tríplice abordagem: a histórica, a filosófica e a teológica.

Os estudos históricos, nomeadamente os da história das ideias, já são numerosos e importantes, mas esta tríplice abordagem ajudará a compreender, decerto ainda não de modo definitivo, não apenas o processo interno da filosofia da Ilustra-

ção mas também o processo interno da evolução do próprio catolicismo, que estudos excessivamente apologéticos de um e outro lado não raro escamoteiam.

De facto, os processos internos, sendo essencialmente históricos, escapam senão totalmente, pelo menos em parte, ao esquematismo da crítica e da apologética que foram, na época, o caminho mais seguido, revestindo o carácter de alternativas abstractas. Na época compreende-se e era quase inevitável a apresentação destas duas alternativas em jogo. A isso obrigava a força do embate, os interesses em jogo, as dificuldades do discernimento, a incompreensão do investimento noutros campos.

Hoje é mais fácil distinguir aquilo que chamaríamos a *estrutura* do processo e as suas diversas *saídas*.

A estrutura do processo tem o seu núcleo entre o velho régimen católico-monárquico e novo monárquico-liberal e é atravessada pela ideia de autonomia dos dois espaços que se vai acentuando. As saídas (*issues*) desta confrontação são diversas no campo filosófico e teológico e mesmo no campo político.

Se de facto se pode surpreender em alguns conventos e bispos como Frei Fortunato de São Boaventura posturas quase extremas, encontramos no cardeal Saraiva uma compreensão mais que irénica, bem fundamentada, da boa convivência entre catolicismo e liberalismo. Para mais, a religião dos ilustrados e a sua acção tinham também cambiantes em Portugal, como na Europa, muito diversificados.

Por outro lado, tanto no domínio do pensamento como no domínio da acção, a estrutura antitética entre o catolicismo e as Luzes levará a uma renovação dos dois campos e não à vitória completa dum sobre o outro, como alguns estudos demonstrarão. E no domínio da acção cabe aqui fazer uma referência ao nascimento do pensamento social católico que desabrochara na segunda metade do século e representará um dos mais importantes factores, até bem mais tarde, da renovação das ideias e das práticas sociais.

Seria justo considerar que os pensadores da época, nomeadamente mestres pensadores como Kant, pretendiam destruir na época a religião? Entre nós, seria justo pensar tal coisa acerca

dum Herculano? A nosso ver, os grandes espíritos da época não dirigiam o seu pensamento contra a Igreja. Pretendiam apenas crer e viver sem renunciar às conquistas da nova liberdade e da nova ciência. É pelo menos a opinião dum pensador tão pouco complacente com as derivas naturalistas como Karl Barth na sua obra sobre a teologia protestante no século XIX, saída em Zurique em 1960.

Todavia, a busca dum cristianismo meramente natural, expurgado de dogmas, e os problemas-derivadas da proposta duma Revelação, vão ser, também eles, objecto de duras controvérsias.

Trazendo para a história das ideias estes debates com o concurso da Teologia e da Filosofia, contribuirá certamente este volume e os próximos trabalhos abrangidos por este projecto de investigação, para uma melhor compreensão e projecção do catolicismo português nos debates da nossa sociedade.

Porto, Páscoa de 2009.

ARNALDO DE PINHO

A RELAÇÃO CATOLICISMO-LIBERALISMO
NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

A IGREJA CATÓLICA E A POLÍTICA DO LIBERALISMO

PARA UMA EXPLICAÇÃO DO CISMA RELIGIOSO

ANTÓNIO DO CARMO REIS
*Universidade Católica Portuguesa,
Centro Regional do Porto*

De facto, o historiador nunca se evade do tempo da História: o tempo adere ao seu pensamento como a terra à pá do jardineiro.

FERNAND BRAUDEL

APONTAMENTOS DE INTRODUÇÃO

1. A recente historiografia sobre esta questão principal — o cisma que dividiu o clero e os católicos no Portugal dos anos 30 e anos 40 do século XIX — padece de erros de análise. Uns nascem do inesperado (geralmente inconfesso) desconhecimento do latim (língua oficial da Igreja de Roma) e das leis eclesiásticas emanadas do Concílio de Trento (corpo jurídico que, no início do século XX, se havia de compendiar em Código de Direito Canónico). Outros resultam de uma opção de identidade ideológica que retoma a opinião liberal da natureza política do cisma, e tanto obriga à consagração dos vencedores como à versão ruminante dos factos.

2. É pressuposto de narrativa verdadeira dilucidar conceitos operatórios. A clarificação fundamental está, antes de tudo, na definição de cisma — que, aplicada à Igreja de Portugal, não compreende em seu conteúdo a ruptura diplomática entre Roma e Lisboa. Nem se pode confundir cisma com erup-

ções de revolta popular, de que terá sido forte motivação no contexto de um processo revolucionário, ainda que o arrebanhamento tumultuoso, cuja dinâmica implica manipulação partidária, venha a tornar-se condição envolvente da clivagem religiosa. Como também se deverá prestar atenção a que uma situação cismática não abarca necessariamente em sua extensão o fenómeno de seita.

3. Porque a existência do cisma se explica no contexto do liberalismo, tem havido alguma desfocagem na análise da questão — quando se reduz a sua compreensão ao plano político da «ruptura entre Roma e a nova elite liberal tanto política, como eclesiástica»¹. O cisma é mais que isso. Como é mais que a cisão no corpo hierárquico da igreja portuguesa, cavada pela separação entre o clero constitucional e o clero contra-revolucionário. Porque o cisma, embora tenha nascido na circunstância política e dentro dela se tenha agravado, é, de facto, uma realidade religiosa. E não se pode confundir o acontecimento — que é religioso — com a sua condição — que é política.

4. A reconstituição do tempo histórico, que é o pano de fundo onde se desenvolve uma diacronia de solidariedades — a internacional liberal e a religiosa católica —, será a via direita que afastará os comuns escolhos do anacronismo. E a mentalidade dos contemporâneos do acontecimento será a porta de entrada eleita para aceder à sua época. Quem faz historiografia há-de distinguir (e até descodificar) as componentes objectivas e subjectivas do processo revolucionário, entre o ritmo dos factos e o projecto das opiniões, no Portugal da primeira metade do século XIX — desses cinquenta anos que foram necessários para atingir a linha da irreversibilidade da consolidação do regime constitucional. E terá, assim, como instrumento de análise o dado adquirido de que, na área das relações entre o Altar e o Trono, colocadas em nova posição de contraponto, aparece uma outra plataforma de entendimento, doravante determinada pela supremacia do lado do poder civil — em que a religião católica, mantendo o estatuto de credo prin-

¹ Ver *Ler História*, n.º 33, 1997, na «Apresentação», subscrita por Miriam Halpern Pereira e Robert Rowland.

cial e sendo, no discurso oficial, ponte para o reconhecimento do Papa como chefe da Igreja, é, no entanto, valorizada como a grande força estratégica de enquadramento nacional numa pátria de cidadãos.

5. Todo o encadeamento dos pontos da nossa reflexão vai no sentido de explicar um problema — o cisma religioso aberto, em Portugal, no ano de 1832. O desafio é, para tanto, fazer uma leitura nova do acontecimento — ruptura de missão canónica, cisma descontínuo nos espaços diocesanos, diferenciado na graduação, o qual, não chegando a ser nacional pela adesão nem declarado pela autoria, aparece como um facto religioso incontornável e, por si mesmo, resistente ao escamoteio ².

FONTES

Os documentos — designadamente as leis, na imprensa do Estado, e as pastorais, na imprensa periódica — estão publicados em jornal, em opúsculo, em forma de compilação ou em tomo de livro, como todas as fontes relevantes para a reconstituição do século XIX. A matéria manuscrita que se encontra em diversos arquivos (v. g. na Torre do Tombo, à mistura com textos impressos, e no Arquivo Distrital do Porto, em cópia à mão de textos impressos) não acrescenta qualidade ao estudo do tema. Realmente, o importante é o trabalho de interpretação das fontes impressas.

Na transcrição dos textos (cujo interesse não reside em documentarem a riqueza da língua escrita) seguimos a regra geral de actualizar a ortografia, desdobrar abreviaturas e preservar a gramática.

Decretos, portarias e circulares (do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça) vão indicados com a data, elemento suficiente para a consulta no volume da legislação a

² Rigorosamente — o cisma ou é religioso ou não é. Não há razão para que se continue a escrever cisma com aspas, de que se vê exemplo em Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, «A Dimensão do 'Cisma' da Igreja Portuguesa», in *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda: Congresso Histórico*, Bragança, Comissão da Arte Sacra de Bragança-Miranda, 1997, pp. 309-327.

que pertencem, elencada em «Fontes Impressas». O mesmo critério se estende à citação de intervenções de deputados no Parlamento.

1. A IGREJA E A REVOLUÇÃO DO LIBERALISMO (1820-1834)

Senhor,

O bispo do Funchal, estando próximo a recolher-se ao seu Bispado, se apresenta perante este Soberano Congresso, não só a participar a sua saída desta Cidade, mas também para renovar os protestos de respeito, submissão e obediência às sábias e justas determinações do Soberano Congresso. No governo daquela Diocese, para onde a obediência o dirige, não se esquecerá o bispo do Funchal da execução deste importante dever para utilidade da Igreja e do Estado.

Lisboa, 14 de Março de 1822.

FRANCISCO, *bispo do Funchal*

Quando a revolução se desencadeia, bate contra a instituição. É o que acontece no Portugal de 1820 — ponto alfa do processo revolucionário do liberalismo. Doravante, a eclosão dispara a dialéctica das contradições, que é a polémica das componentes progressista e reaccionária, no seio da qual se compreende a contra-revolução do absolutismo sobrevivente.

No ano de 1832, as contradições da conjuntura proporcionam o relançamento do poder constitucional e, logo em 1834, está em curso a consolidação da política nova. Os combates liberais do cartismo e do setembrismo, que arrastam Portugal à guerra civil da Patuleia, virão, de facto, implementar a mudança estrutural — que é termo de chegada onde convergem as forças de estabelecimento do regime constitucional.

Instituição por excelência é a igreja católica. Aparece necessariamente na oposição diametral do confronto, quer na defesa do estatuto e das prerrogativas tradicionais, quer na

militância religiosa de múltiplos recursos disponíveis para o contra-ataque em campo aberto. E como a grande ameaça cai sobre a relação velha do altar e do trono, a defesa e a militância revestem-se também de couraças políticas. É exactamente aqui o espaço para onde se desloca o entusiasmo dos compromissos materiais que manifestam as divergências do clero em face da Revolução — as atitudes de pluralidade que questionam a unidade institucional. Quando o avanço tumultuário da conjuntura trazer a hora do contraponto que anunciará a harmonia, ficarão na alma dos contendores as marcas da batalha.

1.1. O Drama da Mudança

A visibilidade do conflito é clara no tempo romântico. Na travessia dos anos 30, sentem-se à superfície da conjuntura europeia os impulsos convulsionários que encapelam a onda de uma Revolução a galopar sobre o Ocidente. É uma vaga direccionada no sentido da atlantização que passa os Pirenéus e vem ganhar os Estados ibéricos para o concerto da comunidade constitucional, estabelecida para garantia dos triunfos irreversíveis da Quádrupla Aliança (1834).

Surpreendemos a consciência do tempo na pena esclarecida do cardeal D. Patrício, patriarca de Lisboa, quando escreve que «uma comoção geral tem abalado todos os Estados das Nações mais cultas e civilizadas; que uma nuvem medonha carregada de raios está cerrando todos os horizontes europeus» e que «tem protestado desorganizar todos os Povos, e todos os Governos»³. Efectivamente, os progressos do liberalismo preenchem a agenda do quotidiano. Eram os avanços da Revolução que cumpria a sua trajectória impetuosa de estruturação de uma nova ordem política, e o prelado tinha conhecimento comum do combate político que a instaurava. Tal como fazia denúncia especial do epicentro em que se iria processar um passo determinante — o impacto nas relações

³ *Correio do Porto*, n.º 107, de 13 de Maio de 1833, *Pastoral* do cardeal D. Patrício.

entre a Igreja e o Estado, não só enquanto pressupunha ainda o receio (a desvanecer-se, embora, pelas lições da experiência) de perturbação da trípole de Montesquieu sobre o aparelho monocrático do poder pontifício, mas também, e sobretudo, por ter de colocar-se em posição defensiva ou, pelo menos, cautelosa (guarnecida pela solidariedade peninsular de hierarcas seus iguais na mesma tribulação), contra os assaltos da reforma económica antifeudal e da ideologia deísta, agnóstica e antidogmática do indiferentismo religioso. A seus olhos de antístete católico, desenrolava-se a mesma tragédia que consumia a atenção angustiada de Gregório XVI — a incontida destruição de um velho mundo, a avalanche de acontecimentos deletérios que ameaçavam arrastar os bens materiais da Igreja e o depósito da sua espiritualidade para o sarcófago da História onde se encerrava o cadáver do Antigo Regime.

1.1.1. Uma transição faseada

A liberalização de Portugal é uma dialéctica de superações com intermitências e contramarchas. As forças da instabilidade que se agitam no seu bojo municiam recuos e hesitações, mas não são suficientemente capazes de bloquear o avanço.

No momento do arranque, o antagonismo da radicalidade e da moderação aparece como energia seminal dos posicionamentos vindouros que irão conduzir a trajetória da revolução. A outorga (e aceitação) da Carta Constitucional (1826) será o facto determinante dessa construção política que há-de sobrelevar tanto as travagens do miguelismo contra-revolucionário (epónimo na época de 1828-1834) como as acelerações do setembrismo progressista (episódico no poder, de 1836 a 1842). E vai conferir ao processo o equilíbrio necessário e bastante para suportar o peso das tendências conservadoras e fazer com o pragmatismo conveniente o relançamento das forças verdadeiramente consolidantes. Nessa evolução de contradições previsíveis, o ponto de culminância sem retorno é atingido quando a discussão de posições se transpõe definitivamente para o campo do liberalismo (anos 40). O que, realmente, acontece sob pressão maior de forças políticas.

1.1.2. O campo de combate

A todo o tempo, a questão reconduzia-se a um eixo principal — aquele que diametralizava em seus extremos a Igreja e o Estado. Era a oposição emergente da velha Igreja e do novo Estado que trepidava o ritmo do processo, no qual o questionamento do futuro das relações trono-altar, a legislação de Mouzinho (directamente, na supressão dos dízimos) e o nacionalismo antiultramontano (que implica raiz de anticlericalismo) provocam o reaccionarismo eclesiástico. No entanto, a Revolução gera forças envolventes de uma pressão inelutável, que transportam os limiares críticos do afrontamento para dentro da arena política.

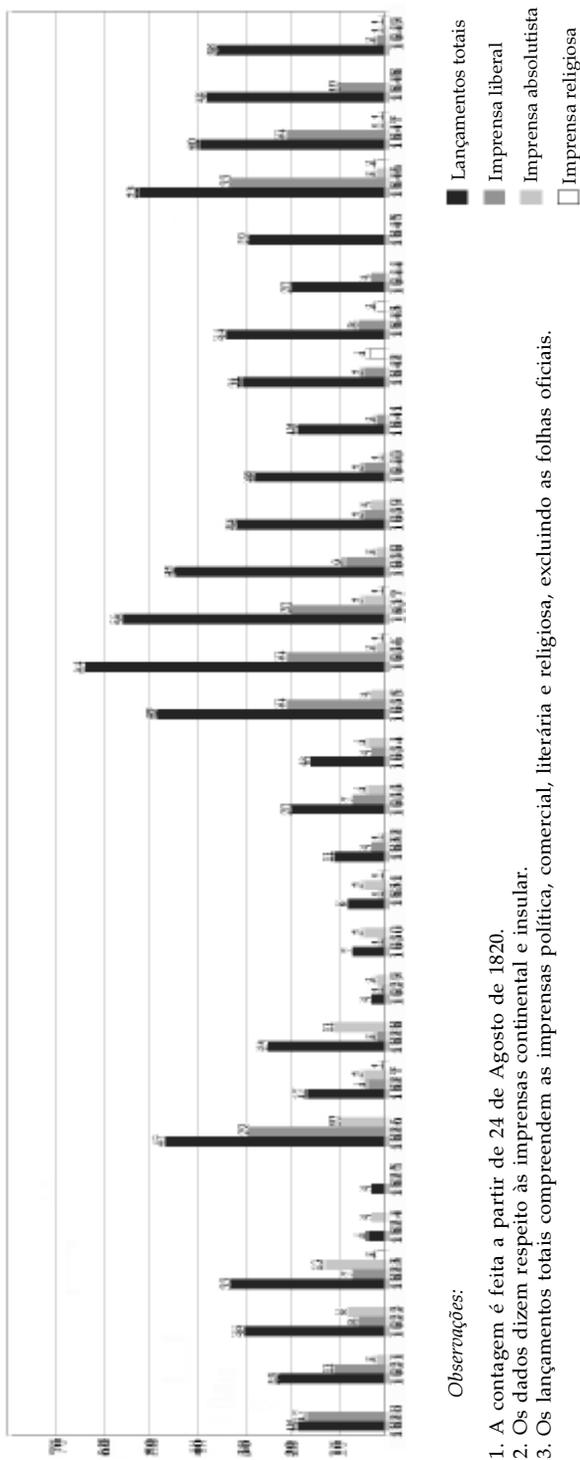
Na altura em que se extinguia o frustrado exercício do poder setembrista, um forasteiro atento escreveu o seguinte: «A mania política tem acometido todos os habitantes da capital, desde o fidalgo e o par do Reino até às fezes da plebe.»⁴ Isto dizia ele de Lisboa. Muito mais diria do Porto se lhe ocorresse o comentário sobre a Invicta do tempo em que não tinha maior preocupação do que a luta pela vitória da liberdade. De resto, ao norte e ao sul, Portugal travava o mesmo combate. Saltam imediatamente ao observador os agentes principais do discurso dominante.

De facto, surpreendemos na elaboração da opinião pública a imprensa de uma época romântica (Gráfico 1). Fenómeno urbano, a imprensa cumpre um movimento de expansão territorial (contínua ou intermitente) e aparece como indicador da adesão crescente do povo (o que lê e o que ouve ler) às propostas do regime constitucional. Logo nos anos 20, é verificável que «o Liberalismo está entregue [...] a todo o seu alcance; seus desenvolvimentos são impelidos, apressados, exagerados por uma verdadeira força, ou potência, que é a dos periódicos»⁵. Tal como se constata, nos anos 30, a deslocação da esfera de contundência entre miguelistas e liberais para a esfera

⁴ Lichnowsky, *Portugal em 1842*, Lisboa, Agostinho da Silva, 1942, p. 8.

⁵ *Correio do Porto*, n.º 1, de 1 de Janeiro de 1828.

GRÁFICO 1
Imprensa portuguesa — Lançamentos de periódicos (1820-1850)



Observações:

1. A contagem é feita a partir de 24 de Agosto de 1820.
2. Os dados dizem respeito às impressas continental e insular.
3. Os lançamentos totais compreendem as impressas política, comercial, literária e religiosa, excluindo as folhas oficiais.

Fonte principal:

A. X. da Silva Pereira, *O Jornalismo Português*, Lisboa, Typ. Soares, 1895.

de oposição que divide cartistas e setembristas (devoristas e demagogos, como entre si sarcasticamente se apelidam). Esse trânsito significa, expressivamente, no tempo e na escala de prioridades, a ultrapassagem do absolutismo e a subalternização política da questão religiosa que ele aproava (aliás, como trunfo político). Paralelamente à imprensa, palavra escrita, corre o prélio das facções e, na obediência à mesma dinâmica de progresso sem reversibilidade, no cumprimento da constitucionalização, agitam-se as campanhas das eleições e ecoam as vozes partidárias no Parlamento, sede da palavra falada.

É nesta revitalização do entusiasmo político que amadurece a inspiração tutelar da maçonaria, cujo espírito e cuja organização imprimem orientação no rumo do liberalismo. Porque ser maçônico é da condição liberal, é manifestamente da elite política e intelectual do liberalismo e, na circunstância de crise que põe em causa a mundividência tradicional (de referência eclesiástica), é da condição burguesa — a do burguês e de quem assume os seus valores, como eram os iniciados de proveniência nobiliárquica e não poucos clérigos a quem a religiosidade abrangente do grémio clandestino despertava sedução, e a recusa do beneplácito régio à publicação de anátemas pontifícios tranquilizava a alma, por desculpar a desobediência. Lichnowsky confirmará que «a tendência das lojas portuguesas é exclusivamente política, e até aqui tem sido preponderantemente revolucionária» ⁶. É do conhecimento público a sua influência na vida do Estado. Nos anos 30, em hora determinante, alguém se interrogava, em tom convincente: «Não temos asseverado que a Revolução de Setembro teve só por objecto dar extracção a inumeráveis alcaides de que se achavam pejadas as lojas?» ⁷ E, meia dúzia de anos à frente, o furor anticabralino impava a verve literária do fundista que escrevia assim: «toca-se a rebate no sino misterioso das associações secretas, e os irmãos terríveis recebem a missão de exterminar os profanos inimigos da luz» ⁸.

⁶ Lichnowsky, *op. cit.*, p. 20.

⁷ *Periodico dos Pobres no Porto*, n.º 113, de 15 de Maio de 1837.

⁸ *A Coallisão*, n.º 7, de 10 de Janeiro de 1843.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Livraria Civilização Editora, Lisboa.
- CAMPOS, Fernando, *O Pensamento Contra-Revolucionário*, Lisboa, 1931-1932.
- , *D. Frei Fortunato de São Boaventura, Mestre da Contra-Revolução* (conferência realizada no Núcleo Integralista da Ideia Nova no dia 29 de Abril de 1928), ed. José Fernandes Júnior, Lisboa, 1928.
- CRUZ, Manuel Braga da, «Os Católicos e a Política nos finais do Séc. XIX», in *O Séc. XIX em Portugal*, GIS, Novembro, 1979.
- , «As Relações Sociais entre a Igreja e o Estado Liberal — Do Cisma à Concordata (1832-1848)», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Séc. XIX*, Sá da Costa, Lisboa, 1982.
- DIAS, Graça e J. S. Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, t. II, INIC, Lisboa, 1980.
- DIAS, J. S. Silva, «O Vintismo: Realidades e Estrangulamentos Políticos», in *O Séc. XIX em Portugal*, GIS, Novembro, 1979.
- FARIA, A. Portugal de, *Literatos Portugueses em Itália*, Leone, 1909.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, «Formas de Mobilização Popular no Liberalismo...», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Séc. XIX*, Sá da Costa, Lisboa, 1982.
- GOMES, Marques, *Luctas Caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, Lisboa, 1894.
- HESPANHA, A. M., «Projecto Institucional do Tradicionalismo Reformista: Um Projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823)», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Séc. XIX*, Sá da Costa, Lisboa, 1982.
- RODRIGUES, M. Augusto, «A Hierarquia da Igreja e o Liberalismo. O Bispo de Coimbra D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré (1776-1851), no Contexto da Sua Época», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Séc. XIX*, Sá da Costa, Lisboa, 1982.
- , «Problemática Religiosa em Portugal no Séc. XIX no Contexto Europeu», in *O Séc. XIX em Portugal*, GIS, Lisboa, 1979.

- SÃO BOAVENTURA, D. Frei Fortunato de, *Saudação Pastoral do Arcebispo de Évora aos seus Diocesanos*, Lisboa, Imprensa Régia, 1832.
- , *Instrução Pastoral do Arcebispo de Évora aos seus Diocesanos sobre a Obediência que devem ao Mui Alto e Poderoso Senhor D. Miguel I*, Lisboa, Imprensa Régia, 1832.
- , *Saudação Pastoral do Arcebispo de Évora aos seus Diocesanos por ocasião de anunciar-lhes o grande Jubileu concedido à Igreja Universal pelo S. P. Gregório XVI*, Lisboa, Imprensa Régia, 1833.
- , *Pastoral aos Meninos da Diocese de Évora*, Imprensa Régia, 1833.
- , *Pastoral aos seus Diocesanos sobre um Desacato*, Imprensa Régia, 1833.
- , *Pastoral ao Clero e Povo do seu Arcebispado*, 15 de Setembro de 1833.
- , *Pastoral a todos os Fiéis do Arcebispado*, 22 de Abril de 1835.
- TORGAL, Luís M. Reis, *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro*, Universidade de Coimbra, 1973.
- SÃO BOAVENTURA, D. Frei Fortunato de, «A Contra-Revolução e a Sua Imprensa no Vintismo: Notas de Uma Investigação», in *O Séc. XIX em Portugal*, Presença, GIS, Lisboa, 1979.

ÍNDICE

<i>Prólogo</i>	7
----------------------	---

A relação Catolicismo-Liberalismo na perspectiva da História

ANTÓNIO DO CARMO REIS A Igreja Católica e a política do liberalismo. Para uma explicação do cisma religioso	13
J. PINHARANDA GOMES Catolicismo e tradicionalismo face ao liberalismo e ao maçonismo (1820-1850)	93
ANTÓNIO ALMODÓVAR Uma economia política eminentemente moral que a religião aprove: liberalismo e catolicismo em Portugal (1820-1850).....	293

A relação Catolicismo-Liberalismo na perspectiva da Filosofia

JOSÉ ESTEVES PEREIRA Cultura filosófica em Portugal na primeira metade do século XIX	323
ANTÓNIO PEDRO MESQUITA Ecos do pensamento socialista em Portugal na primeira metade do século XIX	341
JOSÉ GAMA Liberalismo e cristianismo em Alexandre Herculano	379
JORGE COUTINHO As letras no período da revolução liberal: Almeida Garrett	405

ÂNGELO ALVES	
A revolução de 1820 e a filosofia criacionista da liberdade	465
PAULO FERREIRA DA CUNHA	
Estado e Igreja em <i>O Novo Príncipe...</i> , de José da Gama e Castro (1795-1873)	547
PEDRO VILAS BOAS TAVARES	
Missionarismo do interior e doutrinação contra-revolucionária. D. Frei José da Assunção (O. F. M., Varatojo), bispo de Lamego	565

**A relação Catolicismo-Liberalismo
na perspectiva da Teologia**

ARNALDO DE PINHO	
Portugal no contexto eclesial europeu, por alturas de 1820 a 1850	605
MANUEL DE PINHO FERREIRA	
A teoria regalista em <i>Doctrina Veteris Ecclesiae de Suprema Regum</i> , de António Pereira de Figueiredo	627
AFONSO ROCHA	
O cardeal Saraiva e a relação catolicismo-liberalismo	655
GERALDO COELHO DIAS	
Frei Fortunato de São Boaventura, O. C. (1777-1844). Arcebispo de Évora, absolutista e defensor da tradição pátria	725
VÍTOR GOMES TEIXEIRA	
Os franciscanos portugueses e o liberalismo. Folhas caídas no claustro da esperança	741
PEDRO DE ABREU PEIXOTO	
A pastoral de D. Frei Fortunato de São Boaventura. Aspectos do pensamento contra-revolucionário português no século XIX	775

Acabou de imprimir-se
em Julho de dois mil e nove.

Edição n.º 1016463

www.incm.pt
comercial@incm.pt
E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br